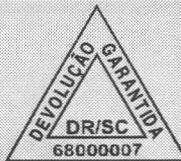


NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC



CORREIO
IMPRESSO ESPECIAL
nº68000007/2002
ECT/SC
ALESC

Florianópolis, 18 de outubro de 2002

Ano 4 Nº 105

Número de vereadores nas próximas eleições poderá ser menor

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Projeto de Emenda Constitucional do presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), apresentado no dia 16/10 em plenário, pretende reformular o inciso IV do artigo 111 da Constituição Estadual. O dispositivo vincula número de legisladores à população do município, estabelecendo diversas faixas, conflitando com o artigo 29 da Constituição Federal. (*Confira no quadro*) A CF ainda remete à lei orgânica municipal a definição do número, com a recomendação de observância do critério da proporcionalidade, ou seja, “número de vereadores deve ser proporcional ao número de habitantes de cada município”. Se a emenda for aprovada, a ação proposta pelo Ministério Público (MP), que pretende destituir do atual mandato 333 legisladores catarinenses, se tornará inócua e a redução do número de vereadores em 88 Câmaras acontecerá a partir das próximas eleições municipais.

Segundo Agostini, a ação do MP que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), sob a relatoria do ministro Gilmar Mendes, é justa. Ele ressalva, no entan-



Presidente Onofre recebe vereadores da Capital

to, que os atuais vereadores foram eleitos, diplomados e empossados, assim como os de legislaturas anteriores, portanto têm o direito de cumprir o mandato. “Eles não têm culpa de uma interpretação equivocada da lei e não devem pagar com a perda do direito de legislar, conquistado democraticamente através do voto. Temos o dever de corrigir a lei estadual e adequá-la à lei federal, avalia o deputado”. Em caso de aprovação da emenda,

os próximos candidatos a vereadores, em 2004, disputarão número já reduzido de vagas. Na Capital, por exemplo, serão 8 vagas a menos. Em Curitibaanos, a redução será de 4 vagas, e o município de Santa Cecília perderá duas vagas.

A proposta de emenda constitucional está na Comissão de Justiça. Será discutida e votada depois do segundo turno. Para aprová-la em plenário serão necessários 24 votos favoráveis. (TK e MIL)

O que diz a Constituição Estadual

Artigo 111.....

IV – número de vereadores proporcional à população do Município, obedecidos os limites da Constituição Federal:

- até 10 mil habitantes, nove vereadores;
- de dez mil e um a vinte mil habitantes, até onze vereadores;
- de vinte mil e um a quarenta mil habitantes, até treze vereadores;
- de quarenta mil e um a sessenta mil habitantes, até quinze vereadores;
- de sessenta mil e um a oitenta mil habitantes, até dezessete vereadores;
- de oitenta mil e um a cem mil habitantes, até dezenove vereadores;
- de cem mil e um a um milhão de habitantes, até vinte e um vereadores;

O que propõe a Emenda Constitucional

Propõe uma alteração que suprime as alíneas “a” a “g” do teor do inciso IV do art 111 da Constituição Estadual, remetendo-se a proporcionalidade ao disposto nas alíneas “a” a “c” do inciso IV do art. 29 da Constituição Federal de 1988.

Como fica a Constituição Estadual caso a emenda seja aprovada:

Art.111.....

IV – número de Vereadores proporcional à população do Município, obedecidos os limites da Constituição Federal.”

O que diz a Constituição Federal:

Art. 29.....

IV – número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

- mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;
- mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;
- mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes.

OPINIÃO

A CPE dos Suínos não pode parar



Desde que foi instalada, há pelo menos quatro meses, a Comissão Parlamentar Externa (CPE) dos Suínos vem dando demonstrações de que, com trabalho e seriedade, é possível colher resultados e apresentar propostas visando melhorias no setor. Embora poucos saibam, a cadeia produtiva de suínos passa por uma das maiores crises dos últimos anos. O aumento dos custos de produção, capitaneado pelo milho e o farelo de soja, e a queda no preço do suíno, provocaram perdas irreparáveis aos produtores.

Mesmo em um ano eleitoral, a CPE dos Suínos não abriu mão de manter um ritmo normal de trabalho. Mantivemos nossas reuniões, coletas de depoimentos e audiências com autoridades federais. No início de setembro, a CPE intermediou audiências de representantes da suinocultura com diretores dos ministérios da Agricultura, Fazenda e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Num trabalho conjunto, que envolveu companheiros do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, apresentamos às autoridades, em Brasília, um balanço geral da crise e solicitamos medidas emergenciais em favor dos nossos produtores.

Apesar do governo estar no final de mandato, a suinocultura brasileira não pode esperar pelo novo presidente. Os problemas são graves e o setor precisa de medidas fortes, e não paliativas. A CPE ofereceu algumas propostas que podem amenizar perdas e/ou prejuízos. E o governo respondeu com o financiamento para manutenção dos plantéis de R\$ 200,00 por matriz alojada e a redução das alíquotas de ICMS. Porém, queremos também a compra de carne suína para utilização em programas institucionais e a liberação imediata dos estoques de milho para os produtores.

Felizmente, os incentivos concedidos até o momento já proporcionaram a valorização no preço do suíno terminado. Em São Paulo, ele está sendo negociado a R\$ 1,70 o quilo, enquanto em Pernambuco, o preço atingiu R\$ 2,00.

Diante desse quadro, que ainda está longe de uma melhora, a Assembléia Legislativa, através da nossa CPE, vai continuar trabalhando em parceria com lideranças do setor. Não vamos descansar enquanto a suinocultura não merecer a devida atenção dos governos (estadual e federal), pois é a sobrevivência do produtor que está em jogo.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB)
moacir@alesc.sc.gov.br

Compromisso com a questão ambiental



Para iniciar a conversa, vamos nos situar. O mundo é maior e mais velho do que estamos acostumados a pensar, e a humanidade, rodopiando nessa "nave" a que chamamos Terra, é muito mais recente do que imaginamos. No entanto, com o uso intensivo e crescente das ferramentas que criamos no percurso cultural, aprofundado de modo colossal a partir da modernidade, estamos, no início do século vinte e um, com a tarefa de decidir sobre a continuidade da vida no planeta.

Essa situação comprometedor, contudo, não estava determinada: foi criada através de um longo processo histórico no qual os seres humanos, relacionando-se entre si de forma bastante desigual, colocaram a acumulação material e o lucro como o sentido de suas vidas. Nesse horizonte, em meio ao aprofundamento da crise, surgiu um amplo e variado movimento de idéias e ações - ao qual se tem chamado de ambientalismo - que se espalhou por todas as dimensões da cultura contribuindo com conhecimentos, propondo reflexões e mobilizando-a para uma sociedade sustentável.

O sistema político do Estado é um complexo privilegiado de intervenção social através da proposição de leis e de políticas públicas com a conseqüente transformação dos costumes. O poder legislativo,

que é parte fundamental desse complexo e tem como função realizar ajustes sociais, de modo geral, não tem observado esse movimento e continua reforçando o modelo da crise; por seu lado, os movimentos sociais não têm trabalhado mais perto deste Poder.

Por isso, tenho me empenhado nesse intercâmbio. Na minha experiência no executivo em Florianópolis, e do atual mandato de deputado estadual, tenho apresentado projetos que visam a melhoria da vida das pessoas levando em conta o ponto de vista ambiental. Para o próximo mandato, vou aprofundar a compreensão do problema e atuar com a sociedade civil organizada no processo de transformação social.

Buscando amadurecer essa prática, já definimos um conjunto de intenções gerais para exercício no novo mandato. Entre elas estão o estímulo a um modo de vida simples onde se respeite o ambiente e racionalize a distribuição de riqueza e renda, negando a ostentação e o desperdício. É fundamental um consumo consciente, o investimento em cidades planejadas e de baixo impacto ambiental. Também é imprescindível aplicar, em todos os projetos, dando ênfase na escola, medidas de educação ambiental que capacitem os envolvidos para a compreensão e participação na construção de uma sociedade melhor.

Afrânio Boppré (PT)
afrânio@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)
2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - SC 00317-JP
Chefe de Redação: Marise Ortiga
Redatores: Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas
Revisão: Mirela Maria Vieira
Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian
Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Delegação chinesa visita Assembléia Legislativa

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Onofre Agostini, recebeu nessa quinta-feira (17) no plenário, autoridades da República Popular da China, oriundos da Província de Henan.

A delegação chinesa veio ao estado de Santa Catarina para acompanhar os progressos realizados pelos 23 estudantes daquele país que estão no estado realizando um intercâmbio cultural. Entre suas atividades, estão o aprendizado da língua portuguesa, 40 horas semanais de estudo, e estágios em vários órgãos governamentais, inclusive na Assembléia Legislativa.

O deputado Volnei Morastoni (PT) também estava presente no encontro e frisou a importância dos catarinenses aprenderem mais com a medicina chinesa, principalmente a acupuntura e a fitoterapia. “A cultura medicinal chinesa é milenar e te-

mos muito o que aprender, por isso iremos elaborar um documento oficial, pedindo que, em breve, façamos um intercâmbio mais aprofundado na área médica”, comentou.

O representante do Congresso da província de Henan, Ren Keli, afirmou que o interesse em aprofundar o



Deputados recebem as autoridades

intercâmbio entre os países é grande. “Ainda mais agora com os gratificantes resultados que podemos observar com os nossos estudantes”, disse.

Quanto ao aprofundamento das relações na área medicinal, Ren Keli afirmou que estarão à disposição dos brasileiros para repas-

sar o que for necessário sobre a medicina chinesa.

Os 23 estudantes ainda fizeram uma apresentação artística e cantaram o Rancho de Amor à Ilha e Amigos para Sempre.

Agostini agradeceu a visita da delegação e disse esperar que os primeiros cinco estudantes catarinenses que desembarcaram hoje na província de Henan se saiam tão bem quanto os estudantes chineses. “Que bom seria também que essa experiência pudesse ser exemplo para o resto do mundo e assim pudéssemos combater a violência e a guerra e como os estudantes cantaram sermos ‘amigos para sempre’, finalizou. (TK)



Estudantes chineses

Lançamento do livro *A Bacia do Rio Uruguai e o Setor Elétrico Brasileiro*

No último dia 15, às 19h, ocorre o lançamento do livro *A Bacia do Rio Uruguai e o Setor Elétrico Brasileiro*, do escritor Paulo Fernando de Azambuja Boamar, na Galeria de artes Meyer Filho, na Assembléia Legislativa.

Neste livro, o autor examina, analisa e interpreta eventos e situações de natureza eminentemente social, mas com componentes expressivos de natureza econômica, política e até mesmo religiosa, que tiveram lugar no processo de aproveitamento energético dos potenciais hidráulicos da Bacia do Rio Uruguai. Processo esse que teve curso, principalmente durante o período de tempo correspondente ao último quarto do século XX.

(foto Carlos Klüppel)



Presidente Onofre prestigia escritor

A pesquisa empreendida pelo autor, que é graduado em engenharia civil pela Uni-

versidade de Blumenau e ocupou diversos cargos políticos – entre eles o de delegado do Ministério de Minas e Energia em Santa Catarina – exigiu um exaustivo trabalho de pesquisa. A documentação levantada foi devidamente incorporada ao livro.

O livro também apresenta cópias de documentos originais, uma coleção fotográfica e 50 páginas de entrevistas realizadas, mostrando o cotidiano das pessoas reas-

sentadas, como também a opinião dos políticos das regiões atendidas. (TK)

COMISSÕES

Deputados prorrogam CPE do Suíno

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Reunidos nesta terça-feira (15) na Sala das Comissões da Assembléia, os deputados que integram a Comissão Parlamentar Especial do Suíno decidiram prorrogar os trabalhos da CPE por mais 60 dias.

Segundo o relator, deputado Odacir Zonta (PPB), o setor obteve várias conquistas nos últimos meses, entre elas a redução do ICMS sobre o suíno vivo, que caiu de R\$ 1,35 para R\$ 0,56; financiamento através do Banco do Brasil com juros de 8,75% ao ano para aquisição de insumos utilizados na manutenção dos plantéis e aumento no consumo de carne suína através de campanha publicitária.

Mas, de acordo com o presidente da Comissão, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), ainda é preciso muito trabalho para que a suinocultura catarinense possa atingir uma situação favorável – o que justifica a prorrogação dos trabalhos por mais dois meses. Sopelsa disse que uma nova campanha de incentivo ao consumo será desenvolvida até o Natal, com expectativa de resultado superior ao da primeira. “É preciso que o próximo governador do Estado e o novo presidente da República desenvolvam ações que representem uma nova perspectiva para o setor suínicola”, afirmou. O presidente da CPE criticou os altos custos de produção e a falta de abastecimento de milho em Santa Catarina – principal insumo para a produção de suínos. (RMPP)



Deputados membros da CPE

Apoio à suinocultura

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) enviou telegramas ao ministro da Agricultura, ao governador e aos integrantes da bancada catarinense no Congresso Nacional, solicitando apoio à suinocultura com a viabilização de efetivas condições para o setor poder superar a atual crise. Diz o texto que a atividade está passando por “enormes dificuldades devido ao baixo preço da carne suína motivado pelo excesso de oferta, conseqüência da queda das exportações, cujas expectativas não se cumpriram após a

euforia da safra anterior. A situação agravou-se devido aos altos preços dos insumos básico da atividade, especialmente do milho”.

Mendonça apresentou algumas sugestões de ações que contribuiriam para minimizar a crise no setor, como racionalizar linhas de crédito para projetos de expansão da suinocultura em todos os estados brasileiros; incentivar o plantio do milho para possibilitar a auto-suficiência e o estabelecimento de estoques reguladores; criar mecanismos para planejamento da criação de suínos para evitar o excesso de produção e reduzir os impostos incidentes sobre a carne suína “in natura”, como meio de estimular o consumo. (CW)

Selo de Comunicação Cidadã

As empresas de comunicação de Santa Catarina que realizarem em sua programação reportagens educativas e comunitárias voltadas ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, à Declaração Universal do Direitos Humanos e à defesa do meio ambiente, receberão o *Selo de Comunicação Cidadã*. Este é o projeto de lei nº 348/02, do deputado João



joamacagnan@alesc.sc.gov.br

Macagnan (PFL), que deverá ser votado em Plenário nas próximas semanas. Pelo projeto, as normas e os critérios para a concessão do título serão estabelecidos

por um conselho composto por representantes de entidades da sociedade civil engajados na defesa e cumprimento dos postulados.

Serão três tipos de selo: ouro, prata e bronze, que serão concedidos às empresas proporcionalmente ao número de inserções na programação.

De acordo com o autor do projeto, esse selo é o reconhecimento ao trabalho que os veículos de comunicação desenvolvem para que os direitos fundamentais dos cidadãos não sejam violados. (RMPP)

Orçamento 2003

A proposta Orçamentária do Estado para o próximo ano, em tramitação na Comissão de Finanças da Assembléia, e que tem como relator o deputado Julio Garcia (PFL), totaliza R\$ 9,5 bilhões. Garcia tem até o próximo dia 24 para apresentar seu parecer na CF estabelecendo metodologia para apresentação das emendas, cujo prazo abre assim que o parecer for apreciado. A peça orçamentária, que projeta as receitas e fixa as despesas do Estado tem de ser apreciada, obrigatoriamente, até o dia 15 de dezembro em plenário.

ESPECIAL

Sessão solene para comemorar os 50 anos da Associação Catarinense dos Professores

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Nessa segunda-feira (14) o Legislativo realizou sessão solene em comemoração aos 50 anos de fundação da Associação Catarinense dos Professores (ACP). Entre os presentes à cerimônia estavam a presidente da instituição, Jessi Helena de Oliveira, o ex-governador Ivo Silveira, a servidora da secretaria da Educação, Carmelina Bajona, representando o governador, além dos deputados Gilmar Knaesel (PPB), João Henrique Blasi (PMDB) e Ideli Salvatti (PT).



Alguns professores, membros da entidade, foram agraciados com a Medalha de Honra ao Mérito, Professora Aida Gomes Mendonça

de descentralização da ACP, além de elogiar a presidente Jessi que sempre está em contato com os deputados, a fim de sempre ampliar no legislativo os direitos dos professores aposentados.

Um dos discursos mais emocionados foi o da deputada e senadora eleita Ideli Salvatti (PT). “Como professora, sei da importância de se ter uma entidade que, além de cuidar dos di-

reitos dos professores, cuidou também da auto-estima de seus associados, já que a educação neste país nunca foi tratada como deveria”, afirmou. (TK)

reiros passarem suas férias”, afirmou. Já o vice-presidente, deputado Gilmar Knaesel, comentou a política

reiros dos professores, cuidou também da auto-estima de seus associados, já que a educação neste país nunca foi tratada como deveria”, afirmou. (TK)



A presidente da ACP, Jessi, fez uma homenagem à professora Ada, de 92 anos e que trabalha como voluntária na ACP desde sua fundação

O presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), abriu a sessão destacando a importância da ACP não apenas para os 10 mil professores associados, mas para todos os catarinenses. “Ao longo destes 50 anos, nunca faltou perseverança aos membros desta entidade, o que a faz um exemplo a ser seguido por todos nós”, comentou.

O deputado Blasi também enfatizou a organização da associação, que se preocupou com seus associados em todos os sentidos. “A ACP não poupou esforços para adquirir imóveis, onde hoje está instalada sua sede, que recebe professores que vêm à capital para fazer cursos ou mesmo para tratamento de saúde, além da pousada e o camping para os profes-

“A Caminho da Escola” fala do trabalho infantil no Brasil

Doze meses entre apuração, organização e redação de textos, e mais de 200 entrevistas colhidas durante as viagens que foram desde a Bahia e Pernambuco, até o Rio Grande do Sul, resultaram no livro-reportagem *A Caminho da Escola*, de Andréia Peres, com fotos de Nair Benedicto. A publicação, que faz uma avaliação sobre os 10 anos de luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil, foi lançada esta semana em Santa Catarina, na Assembléia Legislativa. A autora busca contribuir provocando discussões a respeito do trabalho infantil e as ações possíveis para o seu fim.

O desejo de abordar o assunto surgiu a partir da publicação, na revista Cláudia, da matéria *A infância roubada*, que retratava a dura realidade das crianças que trabalhavam no país. Histórias como a do menino Islai, 6 anos, que quebrava pedra em Retirolândia (BA) e sonhava em resgatar, no futuro, a infância negada - “Quero ser criança quando crescer” -, foram um dos incentivos para a realização do livro.

A Caminho da Escola discute a origem da exploração da mão-de-obra infantil, a cultura enraizada no campo e nos centros urbanos, o início da mobilização no país e a criação de leis para combater a chaga social, os acordos entre empresários, governo e sociedade, e também aponta exemplos de experiências positivas, capazes de alterar esse quadro.

Trazer o assunto à discussão é uma das maneiras para entender o trabalho infantil e extrair daí os meios para erradicá-lo definitivamente de nossa sociedade. É também uma forma de resgatar a dívida que temos com pelo menos 3,5 milhões de crianças brasileiras, segundo a Organização Internacional do Trabalho, que são obrigadas a ajudar no sustento da família, a não ter o que comer muitas vezes, a trabalhar cerca de 10 horas por dia nas ruas, a enfrentar até quatro horas diárias dentro de ônibus superlotados, a correr riscos de acidentes e mutilações, ou ainda, ficar sem o acesso aos estudos ou estudar precariamente, e perder o ano letivo em razão do sono e o cansaço. (SD)

PLENÁRIO

Normas para empresas de vigilância particular

Aprovado o projeto do deputado Jaime Duarte (PPS), que dispõe sobre normas para funcionamento, controle, supervisão e fiscalização, pela secretaria de Segurança Pública do Estado, de empresas de vigilância particular, guardas municipais, empresas comercializadoras de sistemas eletrônicos de alarmes e de segurança eletrônica, e de cooperativa



jaime@alesc.sc.gov.br

de vigilantes em Santa Catarina.

As empresas sediadas em outros estados e que atuam em nosso território deverão obter prévia autorização do órgão competente, o mesmo acontecendo, em ambos os casos, para aquisição de armas, munições, apetrechos de recarga e equivalentes. Elas terão prazo

de 180 dias para se adaptar às suas disposições, sob pena de terem suas atividades suspensas até que comprovem o cumprimento das exigências previstas nesta lei. (RV)

Licença para o governador

Os deputados aprovaram o projeto de Decreto Legislativo nº 08/02 que concede licença para o governador Esperidião Amin ausentar-se de suas funções, de 9 a 27 de outubro, com o objetivo de dedicar-se à campanha eleitoral.

O presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), explicou que a lei entra em vigor imediatamente após a aprovação em plenário, ficando o chefe do Executivo liberado para a campanha no segundo turno das eleições. Agostini argumentou que o artigo 40 da Constituição Estadual, letra b, determina ser de competência exclusiva da Assembléia conceder ou recusar licença para o governador interromper o exercício de suas funções. Agora assume, interinamente, o cargo de Chefe do Executivo, o vice-governador Paulo Bauer. (RV)

Jogos Abertos

Pedido de informação do deputado Afrânio Boppré (PT) ao governador indaga sobre os locais e datas em que foram ou serão realizados os Jogos Abertos de Santa Catarina, Jogos Abertos, Jogos Escolares e Olimpíada Estudantil Catarinense nos anos de 1998 a 2002.

O parlamentar quer saber quanto em recursos foi repassado e quais os investimentos feitos pelo governo estadual nos municípios que sediaram as competições; que critérios nortearam a escolha dos municípios sedes dos eventos; relação dos patrocinadores e qual o montante dos recursos repassados para os municípios que realizaram a fase municipal do campeonato escolar de futebol *Moleque Bom de Bola*. (CW)

Obrigatoriedade no exame que pode detectar tumor ocular

Indicação do deputado João Macagnan (PFL) ao governador e ao secretário da Saúde, solicita a instituição da obrigatoriedade da realização de exame oftalmológico para o diagnóstico precoce de retinoblastoma nas maternidades públicas e estabelecimentos congêneros no Estado de Santa Catarina. Explica que o retinoblastoma "é um tumor intra-ocular

maligno mais freqüente em crianças, sendo registrados cerca de 400 novos casos todos os anos no país. Os exames oftalmológicos podem ser feitos a partir do primeiro dia de vida do bebê, sendo que os recém-nascidos com histórico de câncer nas famílias, precisam fazer o exame no primeiro mês de vida. O diagnóstico precoce permite o controle da doença evitando que a mesma se espalhe e atinja outros órgãos além do olho. No Brasil, o tumor quase sempre é descoberto tardiamente, sendo que em 40% dos casos o câncer já se espalhou, o que torna o tratamento muito difícil".

Macagnan lembra que "a associação brasileira para crianças com tumor cerebral faz um alerta para que os pais levem os filhos, o mais cedo possível, para fazer exames oftalmológicos e que prestem atenção a qualquer brilho ou mancha esbranquiçados nos olhos das crianças, pois esse é o principal sinal da doença, uma vez que o retinoblastoma dificilmente causa dor. Daí a necessidade de a criança fazer o exame de fundo do olho o mais cedo possível, conforme alerta o setor de oncologia do Instituto da Visão da Universidade Federal de São Paulo", justificou. (CW)

Criado programa para fortalecer empresas de base científica

Aprovado em plenário o substitutivo global, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), ao Projeto de Lei nº 0566/01, de origem governamental, que institui o Programa Catarinense de Indução para Desenvolvimento Sustentável por meio da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Programa tem a finalidade de estabelecer diretrizes e estimular o desenvolvimento do estado, através do fortalecimento das instituições de base científica e tecnológica de Santa Catarina, com ênfase na formação de recursos humanos.

A nova lei prevê a avaliação semestral do desempenho do Programa, através de relatórios elaborados por Comitê de

Avaliação, proposto pela Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina (Funcitec), e aprovado pela Assembléia. A Funcitec será a responsável pelo gerenciamento e implementação do Programa. O incentivo será feito através da análise de projetos apresentados por instituições do setor - previamente submetidas à apreciação do Conselho Superior da Fundação de Ciência e Tecnologia, conforme lei estadual de 9 de janeiro de 1997, e poderá ser financiado em parte ou totalmente, através do Badesc (Agência de Fomento), e de recursos federais destinados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. (TK)

Títulos a municípios

Aprovado nessa semana, projeto de lei do deputado Ronaldo Benedet (PMDB) que reconhece o município de Urussanga como a *Capital do Bom Vinho*.

Segundo o parlamentar, a intenção deste projeto é apenas confirmar a este município o título que há anos vem sendo usado em todos os grandes eventos realizados no município.

Já o município de Peritiba, ganhou o título de *Capital Catarinense do Frango Verde*, com a aprovação de projeto de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL).

Para Onofre, trata-se de um produto de grande importância para pequenas propriedades brasileiras que desejam ingressar na produção de aves em sistemas diferenciados, procurando abastecer um nicho de mercado promissor. Essa linhagem também poderá ser utilizada com sucesso nas criações agroecológicas e orgânicas. (TK)

Homenagem a Zury Machado

De autoria do líder do PFL, deputado Julio Garcia, foi aprovado projeto de resolução que concede honraria de mérito ao colunista Zury Machado por relevantes serviços prestados à imprensa e à sociedade catarinense.

Zury ingressou na carreira de jornalista em 1947, no Jornal A Gazeta, passando logo em seguida para o jornal O Estado, onde permanece até hoje com a sua tradicional coluna. Fez também programa na TV Cultura, divulgando a sociedade catarinense. (CW)

Pedidos de informações

O deputado Francisco de Assis (PT) está indagando ao governador sobre a situação do Conjunto Habitacional Juscelino Kubitschek, em Joinville. Quer saber o valor do investimento, quantos apartamentos foram construídos e quantos estão ocupados e, se houver unidades desocupadas, explicar o motivo.

Quer também informações sobre o valor investido mensalmente na manutenção da Maternidade Darci Vargas, da mesma cidade, incluindo-se recursos humanos, material, energia elétrica e água; quantos funcionários, sem exceção da função ou profissão exercida, estão lotados naquele hospital. Assis quer relatório contendo o nome do servidor e a função ou profissão exercida. Se houver funcionário afastado do serviço, relatório contendo o nome, função ou profissão, e o motivo do afastamento. (CW)

Nome à Rodovia

O ex-prefeito de Morro da Fumaça Paulino Bif, 67 anos, falecido este ano, pode ter seu nome eternizado na história do município, caso a Assembléia aprove projeto de lei encaminhado pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB). A proposta é denominar de *Rodovia Paulino Bif* o trecho da SC-445 que liga Morro da Fumaça à BR-101. O ex-prefeito foi fundador e presidente do Sindicato Rural da cidade, exerceu a presidência da Cooperativa de Eletrificação Rural de Morro da Fumaça (Cermoful) por seis mandatos, e administrou o município de 1989 a 1992. (CW)

Proposições

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) aos integrantes da bancada catarinense no Congresso Nacional solicitando a revisão dos critérios para a extração de madeira no Estado, para permitir que os agricultores possam melhorar a renda.

Deputado Sandro Tarzan (PPB) ao governador solicitando o recapeamento asfáltico da BR-282, trecho Petrolândia/Rio Canoas, e a compra de agasalhos para atender a corporação militar que atua na Região Serrana.

Deputado Julio Garcia (PFL) ao governador pedindo a construção de um anel viário com extensão de 7Kms, na SC-446 que liga Urussanga a Criciúma, altura de Cocal do Sul.

Deputado Reno Caramori (PPB) à secretária da Educação solicita a inclusão da reforma dos sanitários da E.E.B. Gonçalves Dias, localizada em Fraiburgo, no orçamento do estado para 2003.

Deputado João Macagnan (PFL) ao prefeito de Porto Belo cumprimentando-o pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa do município, comemorado em 13 de outubro.

Deputado Onofre Agostini (PFL) à Telesc Brasil Telecom solicitando a instalação de rede de telefonia fixa para a localidade de Rio do Meio, em Itajaí.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao secretário dos Transportes e Obras e ao DER, solicita a recuperação da SC-283, que liga Mondaí e Itapiranga, que se encontra em precárias condições de conservação.

Deputada Odete de Jesus (PL) ao Bispo Jorge Britto da Igreja Universal do Reino de Deus, da cidade de Joinville, pelos relevantes serviços prestados à população.

Deputado Gilmar Knaesel (PPB) ao governador indaga sobre os critérios adotados pela secretaria da Fazenda para o correto enquadramento da categoria funcional de Escrivão de Exatoria, em relação ao nível de escolaridade da categoria.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao governador indagando se a administração estadual repassou recursos à Sociedade Cultural e Beneficente Santa Terezinha, de Jacinto Machado, qual a origem e o valor.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao diretor do DNIT/SC pedindo melhorias para a BR-282, no trecho entre Campos Novos e São Miguel do Oeste.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao presidente do Tribunal de Contas, solicitando esclarecimentos sobre o acúmulo de cargos no âmbito do magistério público estadual, envolvendo professor ACT e aposentado.

Deputado Manoel Mota (PMDB) à secretária da Educação solicitando a implantação do ensino médio na E.E.B Dimer Pizzeti, localizada no bairro Lire, em Içara.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) à secretária da Educação solicitando a implantação do ensino médio – antigo 2º grau – na Escola Básica João Alfredo Moreira, localizada na Vila da Glória, em São Francisco do Sul.

Deputado João Henrique Blasi (PMDB) ao escritor Salim Miguel cumprimentando-o pela conquista do *Troféu Juca Pato*, concedido pela União Brasileira de Escritores e pelo Jornal "Folha de São Paulo" como destaque intelectual do ano. (CW)

GERAL

Manual integra campanha para civilizar o trânsito

Numa iniciativa do Movimento Nacional de Educação no Trânsito (Monotran), com apoio da Assembléia Legislativa, Ministério da Justiça, secretaria de Segurança Pública, Fundação Catarinense de Educação Especial, Polícia Militar, Detran e Acafe, foi lançado terça-feira (15), em sessão especial no Plenário da AL, a publicação *Transitando em Segurança*.

Aberta pelo presidente da AL, deputado Onofre Agostini, a sessão reuniu diversos representantes de instituições que congregam os chamados "portadores de necessidades especiais" (dificuldades corporais de locomoção ou limitações sensoriais e mentais).

"O grande objetivo desta publicação é chamar a atenção da sociedade e das autoridades municipais e estaduais para as dificuldades de locomoção enfrentadas por portadores de necessidades especiais", resumiu o presidente do Monatran, Roberto Bentes. Segundo o Instituto Cancelli, que trabalha para a Organização das Nações Unidas (ONU), em países desenvolvidos cerca de 10% da população apresenta necessidades especiais. No Brasil, este índice sobe para 30%, "uma parcela expressiva de brasileiros que têm direito de transitar com segurança pelas ruas".

Bentes lembrou ainda, durante a ses-

são, que o trânsito brasileiro hoje mata cerca de 80 mil pessoas por ano, além da grande quantidade de mutilados e portadores de seqüelas irreversíveis que sobram da "tragédia" nas estradas. O Manual integrará campanhas de rua e será distribuído também em outros estados.

Além de Bentes, participaram também do evento, Rose Mary Leite Araújo, representando o Ministério da Justiça e a secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Ademir Serafin, diretor geral do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), representando o governo do Estado, e Darcy Laske, secretário executivo da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe). (MMV)



Capa de manual: Carlos Henrique Geller (deficiente visual) e Arno Kummer (deficiente físico)

Colunistas analisam eleições

Os reflexos na economia, as promessas dos candidatos, as estratégias de alianças e de conquista do eleitorado. Estas as principais questões debatidas pelos jornalistas Moacir Pereira (Jornal A Notícia e O Estado) e Antônio Neves (TV SBT de Joinville e Jornal A Notícia), durante o "Troca de Opinião", levado ao ar pela TV Assembléia na noite de quarta-feira (16).

Agenda

Dia 21, 19 h – Sessão Solene para entrega de honra ao mérito a Zury Machado
Local: Plenário

Dia 22, 19 h – Lançamento do livro "Eclipse", de Augusto Abreu
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 24, 19 h – Sessão Solene do centenário de nascimento de Antônio Lara Ribas
Local: Plenário

Moacir enfatizou, já na abertura do programa, o ineditismo da polarização esquerda-direita, tanto para a presidência quanto para o governo de Santa Catarina, no segundo turno. No contexto nacional, disse que, pelos números das pesquisas e a performance do candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva no primeiro turno, "só uma tempestade política tiraria a eleição" do petista. Classificando o tom dos programas de Lula, produzidos pelo publicitário Duda Mendonça, de "messiânico" – por não acreditar na execução das propostas apresentadas –, Antônio Neves, creditou a diferença apontada nas pesquisas entre os dois candidatos, como resultado também do "desgaste do governo de oito anos de Fernando Henrique Cardoso".

No estado, a disputa, para ambos os jornalistas, está indefinida, e extremamente "apertada", mas mais difícil para

TRANSITANDO EM SEGURANÇA

foi editado pelo Monotran, com sede à rua Crispim Mira 466 – Centro – Florianópolis/SC – CEP 88020-540
www.monatran.org.br

E-mail: monatran@monatran.org.br
Fones/Fax (048) 324-0558 / 223-4920

Esperidião Amin (da coligação Santa Catarina Melhor, com PPB e PFL, principalmente), pela impossibilidade de ampliar o arco de apoios e alianças com outros partidos. Luis Henrique – que recebeu apoio oficial do PT-, teria mais mobilidade na disputa por uma sustentação partidária mais ampla. A "bagunça" declarada que coloca legendas como o próprio PMDB estadual em dissonância com a posição do PMDB nacional, que tem uma correligionária (Rita Camata) como vice de José Serra, foi o fato mais criticado pelos profissionais. "A infidelidade partidária não pode mais ser aceita. Acho que se Lula for eleito, depende da vontade política dele, se ele quiser mesmo, articular com o Congresso para a reforma política que tem se arrastado sem nunca se concretizar", finalizou Neves. (MMV)